

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 854.367 - SP
(2016/0023487-4)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
ADVOGADO : JULIANA ANDRESSA DE MACEDO - SP229773
AGRAVADO : CENTROSUL ELETRIFICACAO E CONSTRUÇOES LTDA
ADVOGADO : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES E
OUTRO(S) - SP098709

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. TÍTULO JUDICIAL QUE DETERMINOU A APLICAÇÃO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA LEGAIS. DISCUSSÃO ACERCA DA ABRANGÊNCIA DA TAXA SELIC A ENGLOBAL AS DUAS RUBRICAS. MATÉRIA DEVIDAMENTE PREQUESTIONADA E DE DIREITO. AFASTAMENTO DOS ÓBICES FORMAIS AO CONHECIMENTO DO APELO RARO. AGRAVO INTERNO DA CESP-COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO PROVIDO PARA SE RECONSIDERAR A DECISÃO AGRAVADA, DETERMINANDO-SE A CONVERSÃO DO PRESENTE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL A SER OPORTUNAMENTE APRECIADO.

1. Trata-se de Agravo Interno interposto pela CESP-COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO contra decisão, de minha lavra, que negou provimento ao seu Agravo em Recurso Especial, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÕES EXTEMPORÂNEAS. FIXAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS MORATÓRIOS QUE ESTÃO ENVOLTOS PELO MANTO DA COISA JULGADA. PROVA NOS AUTOS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO. ÔNUS DA PROVA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIAS NÃO APRECIADAS PELA ORIGEM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO DA CESP COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO A QUE SE NEGA PROVIMENTO (fls. 357).

2. Nas razões do Agravo Interno (fls. 366/368), sustenta a parte agravante que não se aplicam os óbices de conhecimento recursal constantes da decisão agravada, em especial a ausência de prequestionamento, porquanto

Superior Tribunal de Justiça

desde a impugnação ao cumprimento de sentença se discute a abrangência da taxa SELIC - se engloba ou não juros e correção monetária - o que foi especificamente decidido no caso dos autos.

3. Devidamente intimada, a parte agravada apresentou a impugnação de fls. 372/386.

4. É o relatório.

5. De início, verifica-se que as alegações da parte agravante merecem acolhimento, porquanto se verifica da reanálise mais detalhada das alegações trazidas anteriormente que os óbices formais de conhecimento realmente não são aplicáveis neste caso, pois a matéria é de direito e está devidamente prequestionada.

6. Verifica-se, ainda, que esta Corte Superior já enfrentou esta questão em diversas oportunidades anteriormente.

7. Ante o exposto, dou provimento ao Agravo Interno da CESP, para reconsiderar a decisão agravada (fls. 357/362) e determinar a conversão do presente AREsp em Recurso Especial a ser oportunamente apreciado.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR